

Governo enviará ao Congresso projeto de lei do ajuste fiscal

por Adriana Vasconcelos
de Brasília

Em almoço com os líderes do governo na Câmara, deputado Roberto Freire (PPS-PE), e no Senado, senador Pedro Simon (PMDB-RS), o ministro da Fazenda, Fernando Henrique Cardoso, definiu o dia 26 de novembro como a data-limite para o Executivo encaminhar ao Congresso Nacional o novo orçamento da União para 1994 e as medidas fiscais e tributárias, que complementarão a cobertura do déficit orçamentário do próximo ano, estimado em US\$ 25 bilhões (ver matéria na página 3).

De acordo com Roberto Freire, os cortes no orçamento e as medidas de ajuste fiscal contribuirão, meio a meio, para equilíbrio das contas do Tesouro. Ele adianta que o governo já não conta com a aprovação de nenhuma emenda constitucional antes de janeiro (ver matéria nesta página), por isso, todas as medidas fiscais e tributá-



Roberto Freire

rias deverão ser apresentadas na forma de projetos de lei complementar e medidas provisórias.

Está praticamente certo que as lideranças partidárias do Congresso Nacional serão chamadas para as negociações no momento do anúncio das novas medidas econômicas, que prevêem, entre outras coisas, a implementação do imposto sobre grandes fortunas e do imposto sobre sinais ex-

teriores de riqueza, o aumento das contribuições sociais sobre lucro e a reformulação da cobrança do imposto territorial rural. Na área da Previdência, estaria prevista a criação de uma contribuição para o setor agrícola.

Os líderes do governo conseguiram a garantia do ministro da Fazenda de que não haverá alterações na política salarial do funcionalismo público. "É uma política razoável. Eu disse que tinha achado estranho as notícias sobre as mudanças na política e Fernando Henrique garantiu que não haveria alterações", salientou Freire. O deputado ressalta que nenhuma medida do ajuste fiscal do governo deverá atingir o assalariado ou a classe média e lembra que, por esta razão, foi descartada a possibilidade de aumento das alíquotas do IPI.

Embora ache difícil a sua implementação agora, Freire não descarta por completo a possibilidade de a equipe econômica optar

pela criação da alíquota de 35% para o imposto de renda. Mas ele destaca que a nova alíquota seria adotada para os contribuintes com ganhos acima de US\$ 10 mil. O líder governista também admite que o governo está contando com a cobrança do imposto provisorio sobre transações financeiras (IPMF) a partir de janeiro. O deputado disse que o governo nem cogita a possibilidade de o Supremo Tribunal Federal (STF) contestar a cobrança do novo tributo, ao julgar seu mérito. "Seria surreal o STF julgar inconstitucional uma emenda constitucional", avalia.

Apesar de não estar contando com a aprovação de nenhuma emenda constitucional de seu interesse antes do final de dezembro, o governo pretende encaminhar às suas lideranças no Congresso Nacional suas sugestões para a revisão constitucional, tão logo seja aberto o prazo para a apresentação de emendas, de mérito.